

The background features a collage of papers and text. At the top left, a white paper with the word 'IMPEACHMENT' is partially visible. To its right, a large, bold, black letter 'C' is prominent. Below the 'C', another white paper with the letters 'VE' and 'S' is visible. At the bottom left, a white paper with the word 'DILMA' is partially visible. In the bottom right corner, there is a dense, chaotic scribble of black lines on a white background.

A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE

OS IMPEACHMENTS DE FERNANDO COLLOR
E DILMA ROUSSEFF

JOYCE LOPES

DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE

Os *Impeachments* de Fernando Collor e Dilma Rousseff

Joyce Lopes

Capa

Joyce Lopes

Diagramação

Priscilla Piccolo

Texto

Joyce Lopes

Revisão

Monica Piccolo

Esse paradidático foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo.

Lopes, Joyce Cristine Silva.

Democracia brasileira em crise: os impeachments de Fernando Collor e Dilma Rousseff / Joyce Cristine Silva Lopes. – São Luís, 2020.

54 f.; il.

Produto Educacional da Dissertação Os governos de Fernando Collor de Mello (1989-1992) e Dilma Rousseff (2014-2016) através dos veículos de imprensa nacional.

Orientação da Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Fernando Collor. 3. Dilma Rousseff. 4. Mídia. 5. Paradidático. I. Título.

CDU 321.7(81)(075)

Apresentação

Caros alunos,

É com grande satisfação que apresento a obra "Democracia Brasileira em Crise: Os impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff", que pretende mostrar os processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Este trabalho acredita na importância de se entender como ocorreu o processo de afastamento do primeiro presidente eleito pós-Ditadura Empresarial Militar e a primeira mulher eleita democraticamente para o cargo máximo da política nacional.

Nesse sentido, pretende-se abranger a conjuntura política brasileira nos casos de impeachment, apontando as semelhanças e diferenças existentes entre os dois processos, o papel da mídia, bem como, das redes sociais e da participação popular nos processos políticos democráticos do país. Além disso, a obra apresenta sugestões de leituras sobre o tema e atividades para fixação do conteúdo.

Boa Leitura!

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 05 |
| Fernando Collor de Mello (1989-1992)..... | 07 |
| Campanha Eleitoral de 1989..... | 08 |
| Governo Collor (1990-1992)..... | 16 |
| Crise política do “Caçador de Marajás”..... | 22 |
| O <i>Impeachment</i> e os “Caras Pintadas”..... | 25 |
| Questões..... | 28 |
| Governo Dilma Rousseff (2014-2016)..... | 30 |
| Campanha Eleitoral de 2014..... | 31 |
| Governo Dilma Rousseff (2015-2016)..... | 35 |
| Manifestações <i>Pró-Impeachment</i> | 38 |
| O processo de <i>Impeachment</i> e fim do governo..... | 42 |
| Questões..... | 45 |
| Considerações Finais..... | 47 |
| Referências..... | 48 |

INTRODUÇÃO

A política brasileira é há tempos objeto de discussão e estudo em virtude de acontecimentos que influenciam a conjuntura do país. Os eventos apresentados nesse material não são diferentes. Como ocorreu o afastamento de dois presidentes da República de suas funções? Como isso foi possível? Quais as consequências para o país? Essas são questões importantes e que norteiam esse estudo.

Em 1992, ocorreu o primeiro caso de *impeachment* na Nova República, o afastamento de Fernando Collor de Mello. Qual o contexto desse primeiro processo? Por que ele é tão importante?

Fernando Collor, o primeiro presidente eleito após o Regime Ditatorial Empresarial Militar, instaurado em 1964, e que se caracterizou como o período mais sombrio e sangrento da história brasileira. Em um momento em que militares e civis articulados com o poder econômico internacional organizaram um Golpe e tomaram o poder do presidente eleito João Goulart, foi iniciada uma ditadura em que milhares de pessoas foram mortas, perseguidas, presas, torturadas e privadas de direitos políticos.

Em virtude do restabelecimento da democracia, com a primeira eleição direta ocorrendo em 1989, era fundamental que o governo fosse de renovação e recomeço para os brasileiros, exatamente como Fernando Collor apresentava suas propostas para a administração do Estado. Entretanto, envolto em práticas corruptas, o governo é interrompido com forte apelo da mídia e com grandes manifestações populares nas principais cidades brasileiras.

Apesar do fim antecipado do governo, o estudo do período é importante por trazer à tona aspectos relevantes, como a participação da sociedade nos processos políticos democráticos do país e o papel da mídia nesse movimento.

Em 2010, é eleita a primeira mulher para o cargo máximo da política nacional. O governo de Dilma Rousseff tinha, além dos problemas políticos e econômicos que herdara do governo anterior, que fazer política em um ambiente dominado por homens.

Saiba mais...

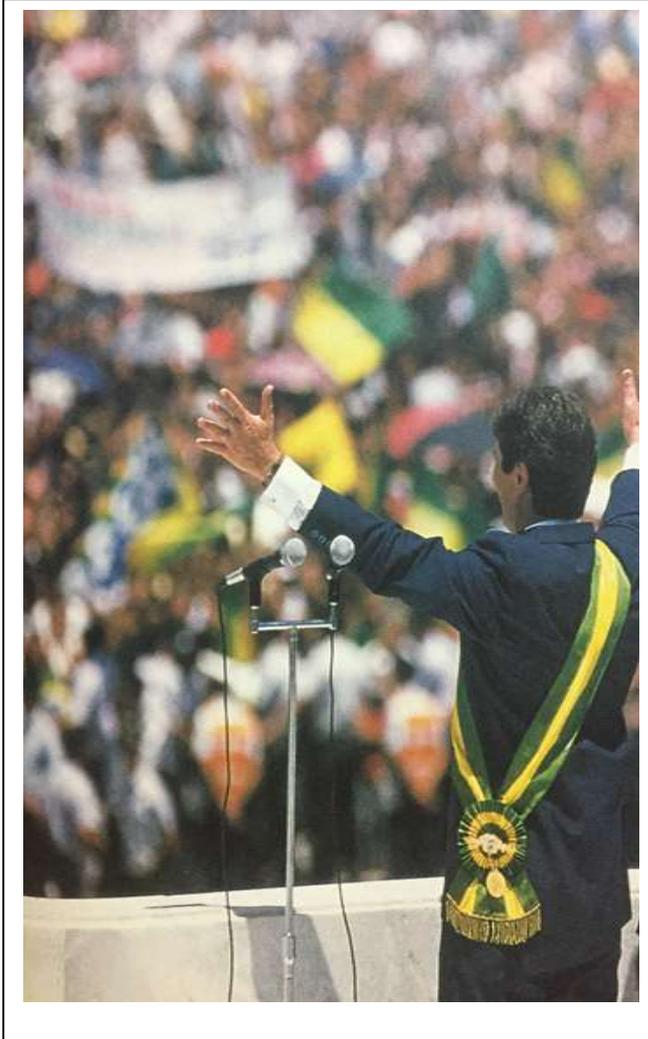
Imprensa e Mídia

O termo imprensa diz respeito a arte de tipografia, conjunto de jornais e publicações impressas. E mídia é um termo mais amplo e relacionado a outras plataformas de conteúdo que podem ser apresentadas na *internet*, vídeos que podem ser disponibilizados nas páginas dos jornais, por exemplo.

Em virtude do contexto econômico mundial, o governo de Dilma Rouseff encontrou dificuldades em melhorar os índices econômicos do país. Concorreu ao segundo mandato em uma disputa acirrada, em 2014, para garantir a continuidade do governo, interrompido em virtude de um golpe implementado pela oposição e justificado a partir de narrativas jurídicas

contra as “Pedaladas Fiscais”.

Assim, como no estudo do governo Collor, analisar o contexto do governo Dilma Rouseff é importante por possibilitar o entendimento da sociedade nesse processo, agora em outra conjuntura, com o advento da internet, além de discutir temas como feminismo e machismo na sociedade brasileira e de analisar os projetos políticos que se digladiaram durante o período.



**Fernando Collor de Mello
(1989-1992)**

Fonte: CONTI, 1999, p. 239.

CAMPANHA ELEITORAL DE 1989

Em 1989 aconteceu a primeira eleição direta após o Regime Ditatorial Empresarial Militar. A disputa foi bastante acirrada com representantes de vários partidos políticos tradicionais e nomes pouco conhecidos nacionalmente.

Criação de consenso: segundo as teorias de Antônio Gramsci, na sociedade política acontece a busca de hegemonia dos projetos políticos que querem tornar-se hegemônicos, através da coerção e/ou consenso. Os mecanismos de criação de consenso aqui são as campanhas eleitorais e as matérias jornalísticas, por exemplo, que são maneiras de apresentar os projetos políticos e de torná-los conhecidos pela população.

Horário Gratuito Político Eleitoral - disponibilizava os programas de campanha dos candidatos em rede nacional. Os 28 candidatos que concorrera a eleição de 1989, apareciam diariamente em duas sessões de 70 minutos, durante sete dias por semana e por um período de 60 dias para apresentar suas propostas a população brasileira.

Um candidato ocupou durante esse período um significativo destaque na imprensa nacional com um discurso verbal e gestual que viria a se tornar vitorioso. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Regime Ditatorial Empresarial-Militar. Apostou na **“Cartada Moralizadora”**, como discurso político para tornar o seu projeto hegemônico, baseado na indignação moral. Uma excelente estratégia do **“Caçador de Marajás”** para se distanciar dos

O **Horário Gratuito Político Eleitoral** (HGPE) foi o responsável por apresentar os projetos dos candidatos, e todos os mecanismos de **criação de consenso** advindos das campanhas profissionalizadas.

Saiba mais...

Ditadura Empresarial Militar

A Ditadura brasileira tem passado por discussões significativas, sobretudo em relação ao termo “Empresarial Militar”, “Civil Militar” ou apenas “militar”. O historiador René Dreifuss (1987), para contrapor-se a uma noção estritamente factual e tradicional de história, atribuiu ao Golpe o termo “Civil Militar” como uma tentativa de não dar somente aos militares a responsabilidade sobre o golpe político de 1964. Entretanto, o termo tornou-se problemático em virtude de apresentar uma divisão social entre “civis” e “militares”, além de apontar para a percepção de que o golpe foi apoiado por toda a sociedade brasileira, como define o historiador Daniel Arão Reis Filho. O debate historiográfico é extenso, entretanto, o historiador Demian Melo propõe o termo “Empresarial Militar”, também apresentado por Dreiffus, para identificar o Golpe político brasileiro deixando claro os setores sociais envolvidos no processo.

velhos figurões da política nacional e assim convencer o país de que era o jovem político responsável por modernizar o Brasil.



Fonte: Acervo do Jornal *O Globo*.

Cartada moralizadora foi a designação dada pelo candidato ao projeto político contra a corrupção, sempre com discurso enérgico e crítica ao Governo Sarney.

Caçador de Marajás foi a forma como Fernando Collor ficou conhecido nacionalmente. Marajá é o termo atribuído pelo então candidato aos funcionários públicos fantasmas.

Para que seu projeto fosse vitorioso, Fernando Collor de Mello molda sua campanha de acordo com os anseios da sociedade brasileira. Inicia sua campanha com o objetivo de ser conhecido pelos brasileiros como jovem enérgico que não participava das jogadas da política tradicional. Seu discurso de autodivulgação está muito mais relacionado à indignação moral do que à racionalidade política.

As aparições de Collor em programas de TVs, rádios, suas imagens praticando esportes ou em alguma declaração polêmica nas principais revistas de circulação nacional contribuíram para que rapidamente Collor fosse conhecido pelo grande público.



Fonte: Revista Veja. Disponível em: www.veja.com

Você já viu essa capa de revista em algum lugar?

Ela foi publicada nacionalmente em 22 de abril de 1988 e o clique foi feito por Ubirajara Dettemar, fotógrafo da Revista Veja. Fernando Collor está à frente da pintura “Avatar” do pintor alagoano Rosalvo Ribeiro.

O que você vê na imagem?

O que você acha que o fotógrafo quis passar com a fotografia?



Fonte: www.globo.com/acervo

Além da nacionalização de sua imagem através da capa da revista *Veja*, Fernando Collor ganha maior destaque após a apresentação do programa global “Globo Repórter”, em 2 de abril de 1989, que tratou sobre o marajáismo, centrado no discurso de moralidade, pautado na “cartada moralizadora”. A



Fonte: www.globo.com/acervo

partir daí, Fernando Collor, constrói sua imagem de político enérgico e responsável pela moralização da política brasileira.

A imprensa apresentou-se como um fator determinante durante a campanha de 1989 por nacionalizar a imagem dos candidatos e seus projetos políticos.

Através de reportagens, a mídia impressa, como revistas e jornais, divulgava nacionalmente a imagem dos candidatos para a população, enquanto as

aparições na televisão, através do Horário Gratuito Político Eleitoral, difundiam as propostas e projetos dos candidatos em 70 minutos, durante sete dias por semana e por um período de 60 dias. Nesse contexto, a televisão ganha destaque como um dos principais meios de difundir os projetos, em virtude da sua alta audiência e popularidade nos lares brasileiros.

Fernando Collor apresentou-se como candidato a presidência pela legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), reforçando a construção de sua imagem durante a campanha eleitoral de 1989.

Fernando Collor foi privilegiado com aparições recorrentes em programas da Rede Globo e entrevistas televisionadas, devido ao apoio que recebeu durante a campanha por Roberto Marinho, dono da emissora de TV Rede Globo. Durante o período de campanha, foram inúmeras as aparições de Collor nas páginas políticas do jornal *O Globo* exaltando sua imagem como candidato enérgico e contra a política tradicional brasileira.

O apoio do grande círculo da imprensa a Fernando Collor justifica-se pelo embate ideológico presente na primeira eleição direta pós-Ditadura. As candidaturas de Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva se apresentavam como ameaçadoras. De um lado, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, identificado, por setores militares e pela direita conservadora como agitador dos meios operários e vinculado aos comunistas por desencadear em 1961 a [Campanha de Legalidade](#), assumindo uma postura radical contra a iniciativa do golpe de 1964. Brizola atuou de maneira direta como entrave à atuação de setores

dominantes,

principalmente

ligados ao capital

internacional, na

implantação de seus

projetos.

Campanha da legalidade foi uma campanha de mobilização liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, em virtude da renúncia de Jânio Quadros da presidência do Brasil e a necessidade de posse do vice, João Goulart. A campanha durou 14 dias e envolveu lideranças militares como José Machado Lopes, general do exército e diversos políticos que defendiam a manutenção da ordem jurídica que previa a posse de João Goulart, enquanto a oposição defendia a realização de novas eleições.

Do outro lado da oposição, Luís Inácio Lula da Silva que, vinculado ao



Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, havia incorporado novos sujeitos sociais, movimentos populares, ambientalistas e de minorias. Prometia junto à classe trabalhadora uma nova forma de fazer política no Brasil, rompendo com a classe dominante chamava de “paz social”.

Fonte: revistaveja.com

Em 1989 também se observou a profissionalização eleitoral através dos serviços de diversos especialistas responsáveis por elaborar a melhor estratégia de marketing político capaz de atingir o público-alvo: a população brasileira saturada com a política tradicional.

Durante a campanha, o conteúdo das propagandas, os discursos e imagens dos candidatos eram minuciosamente pensados a fim de melhor representar e convencer o eleitorado sobre seus projetos políticos. As imagens de Collor em discursos enérgicos e em práticas esportivas eram recorrentes. Cada aparição do candidato era acompanhada por diversos fotógrafos e estampavam as capas de todos os veículos de imprensa. Em virtude da nacionalização de sua imagem, Fernando Collor passa a ser conhecido como “**Fenômeno Collor**”. A eleição foi disputada em segundo turno entre os candidatos Fernando Collor, Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva do Partido, Trabalhadores (PT).

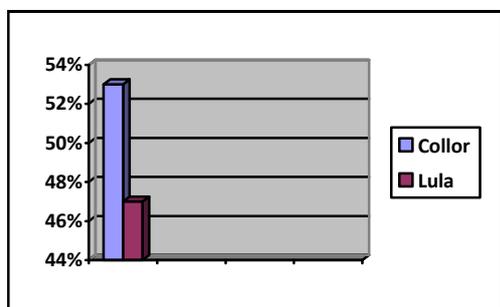
Saiba mais...

O Partido dos Trabalhadores surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda e artistas. Foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

Fenômeno Collor foi a maneira como a imprensa nacional passa a chamar Collor em virtude do crescimento durante a campanha e o distanciamento em relação aos adversários, à custa de um poderoso marketing político.

QUANTIDADE DE VOTOS NO SEGUNDO TURNO
EM

1989



Fonte: www.globo.com/acervo

Você já parou para pensar qual o papel social da imprensa? A imprensa tem função de divulgar um conteúdo e criar consenso em torno de projetos políticos, principalmente em tempos de globalização.

Na disputa de segundo turno, os debates eleitorais realizados e transmitidos pelas emissoras de televisão: Rede Globo, Bandeirantes, SBT e Manchete demonstraram a intensidade da disputa entre os dois candidatos. Sob apresentação de Boris Casoy, Marília Gabriela, Eliakim Araújo e Alexandre Garcia, os candidatos puderam apresentar suas propostas em rede nacional simultaneamente nas quatro maiores emissoras do país.

O destaque, entretanto, deu-se à edição apresentada pela Rede Globo durante reapresentação no Jornal Hoje e Jornal Nacional. A primeira edição, exibida no Jornal Hoje, mostrou um debate equilibrado em que os candidatos trocaram farpas e acusações em 8 minutos, além de tratarem sobre temas importantes como: inflação, as greves sindicais e violência na campanha.

Já na edição do Jornal Nacional, os dois candidatos são apresentados a partir de seus discursos ideológicos. A edição começa com a fala de Lula em relação ao Partido dos Trabalhadores e Fernando Collor como representante do centro democrático.

Debate presidencial segundo turno em 1989 disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O_tjUBPRu6g



Fonte: www.globo.com/acervo

Os dois candidatos puderam apresentar suas propostas em rede nacional durante o debate de segundo turno de 1989.

- Qual a importância do debate para contexto político em 1989?
- Você consegue perceber a problemática existente nas edições dos jornais da Rede Globo em relação ao debate? Quais são?

No embate do segundo turno, Fernando Collor se consagra vencedor com 35.089.998 votos, um total de 53,03% dos votos válidos, contra 31.076.364 de votos recebidos por Lula, 46,9% dos votos válidos. A vitória de Fernando Collor deveu-se ao marketing pessoal que construiu a imagem do “Fenômeno Collor”, baseando-se na conjuntura política e social do país pós-ditadura.

Os anseios da sociedade brasileira foram estudados pela equipe de campanha do candidato e foram, mesmo que apenas em discursos, defendidos por Fernando Collor, que usava seus instintos de “homem de propaganda” para colar sua imagem como candidato adequado para presidir o cargo máximo da política nacional. Além disso, o apoio recebido da imprensa teve peso importante para a nacionalização de seu projeto político, através da construção do “Caçador de Marajás”.

Agora é sua vez....

- O debate ideológico esteve presente durante toda a campanha eleitoral. Discuta em sala de aula com o professor e colegas de classe: o que é ideologia? Quais foram apresentadas e discutidas na campanha de 1989?

Agora é sua vez...

- A democracia é um modelo de governo que defende as instituições políticas, o Estado, a liberdade de expressão e política, a tolerância de qualquer natureza e os direitos do cidadão ao voto. Em virtude disso, a campanha eleitoral de 1989 foi tão importante para a política nacional, pois representou a efetividade na redemocratização do país. O que estava em jogo era a nacionalização de um novo projeto político nacional, nesse contexto, qual a importância da imprensa nesse período?

GOVERNO COLLOR (1990- 1992)

Collor chega à presidência como o mais jovem presidente eleito, o primeiro após 21 anos de Ditadura Empresarial Militar e o responsável por tirar o país da crise econômica, política e social pela qual passava. Para isso, Collor apresentava como solução as medidas neoliberais.

Assim que toma posse no dia 15 de março de 1990, Fernando Collor coloca em prática um conjunto de medidas que tem origem na constatação do esgotamento financeiro do Estado e na redução do déficit público, fatos responsáveis pelos elevados índices de pobreza, desemprego, concentração de renda, baixa escolaridade entre vários outros problemas crônicos das democracias ocidentais.

Durante o discurso de posse, Fernando Collor apresenta as diretrizes do



Fonte: O Globo, 16/03/1990

governo pautadas nas medidas neoliberais. O plano do governo chamado de Brasil Novo, mas que comumente ficou conhecido como Plano Collor, possuía um leque de medidas além do [confisco das contas-correntes e poupanças](#), tais como: a [política de renda](#), análise das [finanças públicas](#) para identificar as despesas e pagamentos do Estado, [reforma do](#)

Agenda neoliberal

O neoliberalismo é a doutrina política e econômica que surge no pós-Segunda Guerra Mundial a partir da crise da política de bem-estar social, em que o Estado é o responsável pela promoção social e por organizar a economia. Desse modo, a **agenda neoliberal** diz respeito à maneira como o projeto econômico se estruturou no Brasil, como um conjunto de deliberações aprovadas a partir de dois aspectos fundamentais: a redução da intervenção estatal e a abertura da economia.

Estado através das reformas administrativas e das privatizações de empresas públicas, **política cambial** e **comércio exterior**.

Confisco das contas-correntes e poupanças: foi a tomada dos valores financeiros da população guardados nos bancos públicos pelo governo.

Política de renda: conjunto de medidas visando a redistribuição da renda e justiça social.

Finanças públicas: trata-se dos valores financeiros, pagamentos e despesas do Estado.

Reforma do Estado: termo utilizado para falar sobre medidas adotadas para racionalizar o funcionamento da máquina estatal.

Política cambial: medidas adotadas pelo Estado para equilibrar o funcionamento da economia

Comércio exterior: troca de bens e serviços entre os países.

Anunciadas junto ao confisco, essas medidas são relacionadas ao governo e não necessariamente ao programa de estabilização.

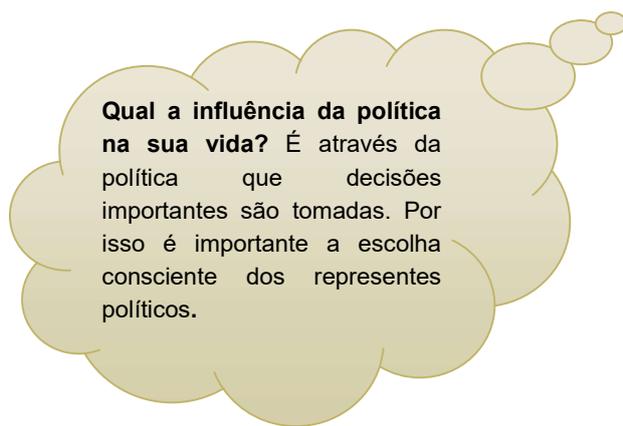
As principais medidas do plano foram: o retorno do cruzeiro como moeda oficial; os saques das poupanças e contas correntes, que foram reduzidos a Cr\$ 50 mil, o equivalente a mais ou menos o valor de 1.882,00 reais atualmente, ficando o saldo restante limitado pelo Banco Central pelo prazo de 18 meses, o congelamento de preços, extinção de organismos estatais, além de demissões no funcionalismo público.

Fernando Collor...

Fernando Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1949. Filho de Arnon Afonso de Farias Mello, político alagoano e empresário, e Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo Collor, também político alagoano e articulador da Revolução de 1930. Concluiu os estudos secundários em Brasília e formou-se em economia na Universidade Feral de Brasília. Morando em Maceió, dirigiu o *Gazeta de Alagoas* até assumir a superintendência das organizações Arnon de Mello, empresa de telecomunicações da Família. Por conta da influência familiar na política em Alagoas foi nomeado prefeito pela ALIANÇA Nacional Renovadora (ARENA), permanecendo no cargo até 1982, quando, em 1986, pelo Partido Democrático Social (PDS), é eleito deputado federal. Quatro anos depois, foi eleito governador de Alagoas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A reestruturação das finanças do Estado estava assim relacionada à redução dos gastos públicos, reformas fiscais e administrativas e a redefinição do papel estatal a partir da diminuição dos gastos públicos e da venda de empresas públicas, além do aumento das relações comerciais com países estrangeiros. Entretanto, a medida de maior relevância e discussão adotada pelo plano foi a apreensão dos valores depositados nas contas correntes e poupanças, medida adotada para conter a inflação e controlar os gastos públicos.

O plano conseguiu baixar a inflação nos meses seguintes, mas voltou a



crescer ao longo do ano. Em fevereiro de 1991 foi lançado o Plano Collor II que pretendia reduzir a inflação através do controle dos gastos públicos e da modernização da indústria brasileira. Entretanto, a inflação voltou a subir novamente. Em consequência, a ministra da

Economia, Zélia Cardoso de Mello, foi substituída por Marcílio Marques Moreira.

Agora é sua vez

- Faça uma pesquisa nas matérias publicadas sobre os Plano Collor I e II, observado o posicionamento do jornal, as medidas adotadas pelos planos e a repercussão dessas medidas. Você pode utilizar os links abaixo, ou qualquer jornal de sua preferência.
<https://oglobo.globo.com/>
<https://www.folha.uol.com.br>
<https://oimparcial.com.br/>
- Discuta as informações encontradas em sala e analisem as consequências dos planos econômicos implementados durante o governo Collor.

A repercussão do plano na imprensa foi, em geral, positiva. A imprensa nacional via as medidas como radicais, mas necessárias. Abaixo são apresentadas algumas reportagens publicadas entre os dias 15 a 17 de março de 1990 a respeito das medidas econômicas:

Collor instala 'Brasil Novo' com mudanças radicais na economia

| Principais medidas do plano |
|--|
| Congelamento de preços durante 30 dias, a partir de amanhã |
| Correção dos salários, em março, pela inflação de fevereiro |
| Reajuste de preços e salários de 40% em abril e de 20% em maio |
| Reposição trimestral das eventuais perdas salariais com a inflação |
| Realinhamento das tarifas e dos preços das empresas estatais |

Fernando Collor, o primeiro Presidente da República eleito pelo voto direto em 30 anos, toma posse hoje, às 10 horas, cercado de imensa expectativa de toda a Nação e comprometido com uma mudança radical na economia brasileira. A transmissão do cargo, no Palácio do Planalto, terá lugar às 11 horas. As bases para o 'Brasil Novo', mote de sua campanha vitoriosa, começam a ser reveladas hoje com a divulgação da reforma administrativa que deve extinguir todos os cargos especiais de assessoria e prevê a demissão de 200 mil funcionários públicos. Na economia, a medida de maior impacto deve ser o congelamento de preços a ser anunciado amanhã, para vigorar até 15 de abril, sem afetar os salários, que em março serão corrigidos pelos 72,78% da inflação de fevereiro e em abril terão um reajuste prefixado de 40%. A prefixação da inflação prosseguirá em maio, com 20%, passando a 10% em junho. Empresas e bancos terão forte aumento da tributação. Está em estudo o retorno do cruzeiro.

Ontem, Collor anunciou os nomes que faltavam para completar o primeiro escalão de sua equipe: Pedro Paulo Leoni para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, José Galdemberg para Ciência e Tecnologia, Joel Marciano Rauber para Comunicações, Luís André Rico para Minas e Metalurgia, Luís Oswaldo Aranha para Energia e Marcelo Ribeiro para Transportes. A Presidência do BNDES fica com Eduardo Modiano; Luís Octávio da Motta Veiga preside a Petrobrás e Lafaete Torres é o Presidente da Caixa Econômica Federal. O Ministro das Relações Exteriores é o Juiz Francisco Rezek.

Os Deputados Ulysses Guimarães e Roberto Freire lideraram ontem uma articulação para impedir que o Presidente Collor ocupe amanhã a tribuna do Congresso para anunciar seu programa econômico. Para Ulysses e Freire, a presença de Collor na tribuna pode provocar situações imprevisíveis.

Páginas 2 a 24

Fonte: www.globo.com/acervo

Agora é sua vez...

- Qual o título da matéria?
- Por que você acha que o jornal caracteriza as medidas como "radicais"?
- Você conseguiu, através da leitura, perceber a opinião do jornal em relação ao plano Collor?

Imagem 2: Editorial do jornal *Folha de São Paulo*, 16 de março de 1990



Fonte: www.folha.uol.com.br

Agora é sua vez...

- Por que o jornal usa como título da reportagem “As palavras do presidente”?
- Qual a opinião do jornal em relação às medidas anunciadas por Collor?
- Qual a opinião do jornal em relação a Fernando Collor?

Leia mais...

O texto “Plano Collor: avaliações e perspectiva” de Paulo Paiva é excelente para se traçar o panorama da inserção do projeto neoliberal no Brasil. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>

Imagem 3: Reportagem do *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1990



Fonte: <https://news.google.com/>

Agora é sua vez...

- Por que o jornal usa o termo “terremoto”?
- Por que o jornal usa os adjetivos: amplo, radical e audacioso, para caracterizar o plano econômico do governo?
- Quais as medidas neoliberais apontadas nas reportagens dos três jornais?

Leila mais...

“Notícias do Planalto”, de Mario Sergio Conti, edição de 1999, narra toda a conjuntura política da campanha ao *impeachment* de Fernando Collor a partir dos principais jornais de circulação no país.

Crise Política do “Caçador de Marajás”

Os escândalos políticos do governo Collor ocorrem nos primeiros meses de governo e envolvem líderes governamentais próximos e do meio particular do presidente. O primeiro caso foi a publicação da notícia, em maio de 1990, de que o governo contratou empresas publicitárias sem licitação. As contratações de empresas particulares para prestação de serviços públicos estavam suspensas desde o início do mandato presidencial, entretanto, as empresas de publicidade ligadas à campanha de Fernando Collor já haviam sido contratadas, antes da abertura de processo licitatório. Como justificativa, a equipe de governo afirmou que as empresas foram contratadas em caráter de urgência e, por isso, a licitação foi dispensada.

Além disso, o fracasso do plano econômico em liquidar a inflação contribuía para o começo da instabilidade governamental. Entretanto, em 1991, os escândalos envolvendo a equipe governamental intensificaram-se e a imagem de Collor fica cada vez mais comprometida.



Fonte: Revista *Veja*, 01/07/1991

A capa da revista *Veja* mostra Fernando Collor e o vice Itamar Franco.

- Qual a manchete de capa?
- Quais as alternativas apresentadas pela capa da revista?
- Qual a relação da imagem e a manchete?

Durante o início do segundo ano de mandato, o presidente da Petrobrás, pede demissão em virtude da pressão exercida por Paulo Cesar Farias, conhecido como “PC Farias”, tesoureiro da campanha, em relação a concessão de contratos da estatal e o porta voz do governo, Claudio Humberto, é acusado de envolvimento em negócios imobiliários não declarados.

Além disso, a imprensa também apontava para o tráfico de influências da equipe de Collor no Ministério da Ação Social, juntamente com o exército, acusado de realizar concorrência superfaturada na compra de fardamento e equipamentos.

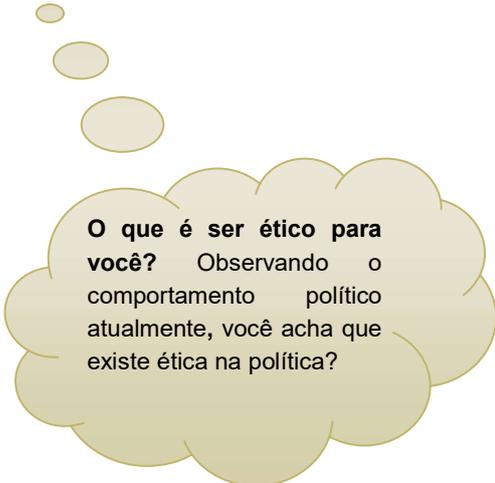
Todavia, a denúncia de maior especulação na imprensa foi a que envolveu a Primeira-dama do governo, Rosane Collor, presidente da Legião Brasileira de Assistência. Rosane era acusada de compras superfaturadas e desvio de dinheiro da associação para uma empresa cujo endereço era a casa da sua mãe. Em virtude das denúncias, Rosane é afastada do cargo e Fernando Collor tem sua popularidade afetada.

Para conter a crise, Fernando Collor busca apoio no Congresso Nacional, com a tentativa de aprovação de projetos e emendas que visavam a baixa da inflação e o reequilíbrio econômico, todavia, sem sucesso.

Em 1992, as várias denúncias, o panorama desfavorável da economia e a falta de uma base política sólida intensificam a instabilidade do governo Collor.

Como tentativa de conter a crise, Collor anuncia uma reforma ministerial. Entretanto, sua imagem já era bastante questionada na imprensa nacional que não creditava mais a Fernando Collor a modernidade e a transformação do país que, mais uma vez, estava em crise.

Em maio de 1992, em virtude das denúncias de Pedro Collor, a situação do governo fica ainda mais complicada. As denúncias do irmão do presidente apontavam para a ligação de Collor e Paulo Cesar Farias em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro público e ganharam destaque em todos os



O que é ser ético para você? Observando o comportamento político atualmente, você acha que existe ética na política?

veículos de imprensa nacional, transformado a vida política do país em uma disputa familiar.



Fonte: O Globo; Folha de São Paulo, 24/05/1992.

A capa da revista *Veja* publicada em maio de 1992 traz Pedro Collor com a testa franzida e um leve sorriso, com olhos fixos e a manchete “Pedro Collor conta tudo”. A entrevista do irmão do presidente nas páginas amarelas da revista revelaram as relações corruptas entre Fernando e Paulo Cesar, além de apresentar a versão de que o presidente era usuário de drogas ilícitas, completamente diferente da imagem nacionalizada durante a campanha eleitoral de 1989.



Revista veja, 09/05/1992

As denúncias renderam também manifestações populares exigindo ética na política e a investigação das acusações contra o presidente.

Em virtude dos escândalos de corrupção, da falta de apoio político e da conjuntura econômico-social, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o envolvimento de Collor com o esquema de corrupção de PC Farias, o chamado [Esquema PC](#).

Esquema PC: O esquema de corrupção realizado durante a campanha eleitoral de 1989 era baseado a partir da formação de clubes com três categorias de sócios. O primeiro grupo formado por vinte empresários, PC arrecadou 1 milhão de dólares com cada um dos integrantes. Ao segundo grupo, com dez empresários pediu 3 milhões de dólares e de um terceiro grupo com cinco empresários obteve 10 milhões de dólares. O esquema PC estava envolto em sonegação de impostos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

O *Impeachment* os “Caras Pintadas”

O movimento estudantil brasileiro teve fundamental importância nas manifestações pró-*impeachment* que acabaram tomando as principais cidades brasileiras. Um movimento popular contra a corrupção e a favor de mais ética na política, que ficou conhecido como “*Fora Collor*”.

As primeiras manifestações aconteceram no dia 16 de agosto de 1992, que ficou conhecido

como “Domingo Negro”, em virtude da cor preta ter sido usada em protesto

Movimento Fora Collor: Termo como ficaram conhecidos os movimentos de rua a favor do *impeachment* do primeiro presidente eleito pelo voto direto pós-Ditadura. Com a abertura do processo de *impeachment*, o movimento foi ganhando força na sociedade brasileira e transformou-se em um movimento plural com a união de vários segmentos sociais e da oposição ao governo em favor do afastamento de Fernando Collor.

contra o pedido feito por Fernando Collor no dia 13 de agosto. Em discurso, o presidente pediu apoio à população, que deveria ser demonstrado nas ruas no domingo, dia 16, nas cores verdes e amarelas. O que se viu foram pessoas de preto em várias cidades do país.



Fonte: Folha de São Paulo 15/08/1992

Fernando Collor tinha nas ruas a resposta a seu pedido. Sua popularidade estava em baixa e o vento da opinião pública tinha agora outros rumos.

A imprensa constantemente noticiava as manifestações, os resultados das investigações da CPI e ao longo de todo o processo o movimento *Fora Collor* foi crescendo e tomando as principais cidades brasileiras. A princípio, a imprensa

creditava o movimento apenas aos estudantes universitários e secundaristas, descritos como “Caras Pintadas”.

"Caras-Pintadas": termo utilizado para designar os estudantes que iam às ruas em passeata exigir o afastamento do presidente e que pintavam os rostos como marca característica do movimento. Surgiram como figura de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada de Fernando Collor. Esse movimento se tornou uma espécie de "porta-voz" do movimento "Fora Collor" junto à esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com esse mesmo objetivo.

No dia 25/08/1992, surgem as primeiras referências aos rostos pintados no jornal *Folha de São Paulo* e jornal *O Globo*.

A maior expressão política dessa juventude veio das organizações estudantes nacionais, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Entretanto, o movimento não se caracterizou como

independente e homogêneo, os estudantes não foram às ruas com os rostos pintados na intencionalidade se transformarem nos “caras pintadas”.

O próprio movimento estudantil não se fez uniforme, se expressava através de vários grupos dentro da condição estudantil. O movimento “Fora Collor” foi um movimento também partidário. Formado pela oposição ao governo Collor, Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido da Social Democracia Brasileira, que viu no movimento a oportunidade de pressão política para a elaboração de um novo projeto político não mais representado por Fernando Collor.

A imprensa nacional, por sua vez, defendendo um projeto político, construiu o movimento, ou seja, os “Caras Pintadas” foram construídos a partir de uma articulação importante entre mídia e a política no Brasil.

As manifestações se constituíram em algo para ser visto pela população através da mídia. Através da lógica de que as ações políticas constituíam-se como um espetáculo acompanhado pela população brasileira. Além disso, as manifestações representavam uma tentativa eficiente para a retirada de Fernando Collor do poder que falhou como representante do projeto neoliberal, entretanto, para a imprensa o projeto ainda era visto como fundamental para o país.

Para explicar a crise, a grande imprensa preferiu selecionar uma parte dos fatos (as manifestações dos estudantes) e apresentar como o todo, deixando

de lado os outros envolvidos no processo. Fixou a cobertura nos “Caras Pintadas” e traçou para eles um perfil mais inofensivo para os interesses do capital, do que os dos militantes da Central Única de Trabalhadores (CUT) e dos partidos de oposição, por exemplo.



Fonte: www.globo.com/acervo

Agora é sua vez....

Observe as duas imagens acima e responda:

- Quais os elementos nas duas imagens que mostram as diversas características do movimento de 1992?
- Por que o movimento “Caras Pintadas” foi construído pela imprensa?
- Qual a finalidade do movimento?

QUESTÕES

1 **(UFPE 2008)** A eleição de Fernando Collor, para o cargo de Presidente da República derrotando Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores, movimentou politicamente o Brasil. O governo de Fernando Collor:

- a) surpreendeu pelo equilíbrio do Presidente como estadista bem informado.
- b) teve apoio incondicional dos grandes partidos políticos durante seu governo.
- c) prometeu amplas e renovadoras políticas de modernização econômica
- d) consolidou a democracia no país, isolando as oligarquias anacrônicas.
- e) impediu a entrada do capital estrangeiro nos negócios nacionais.

2 **(UNESP 2010)** Desde a década de 1980 vários governos brasileiros adotaram planos econômicos que pretendiam controlar a inflação. Entre as características destes planos, podemos destacar:

- a) o Plano Cruzado, implementado em 1986, que eliminou a inflação, congelou preços, proporcionou aumento salarial e gerou recursos para o pagamento integral da dívida externa.
- b) o Plano Collor, implementado em 1990, que determinou o confisco de ativos financeiros e eliminou incentivos fiscais em vários setores da economia.
- c) o Plano Real, implementado em 1994, que reduziu as taxas inflacionárias, estabilizou o valor da moeda, proibiu aumentos de preços no varejo e provocou forte crescimento industrial.
- d) o Plano de Metas, implementado em 2006, que projetou um desenvolvimento industrial acelerado e a inserção ativa do Brasil no mercado internacional.
- e) o Plano de Aceleração do Crescimento, implementado em 2007, que apoiou projetos imobiliários, determinou investimentos em infraestrutura e estimulou o crédito.

3 **(Fuvest 2010)** A partir da redemocratização do Brasil (1985), é possível observar mudanças econômicas significativas no país. Entre elas, a:

- a) exclusão de produtos agrícolas do rol das principais exportações brasileiras.
- b) privatização de empresas estatais em diversos setores como os de comunicação e de mineração.
- c) ampliação das tarifas alfandegárias de importação, protegendo a indústria nacional.
- d) implementação da reforma agrária sem pagamento de indenização aos proprietários.
- e) continuidade do comércio internacional voltado prioritariamente aos mercados africanos e asiáticos.

4 **(FGV 2009)** “O Plano Collor foi o mais violento ato de intervenção estatal na economia brasileira, na segunda metade do século. No entanto, ao estrangular a inflação, ele abriu as portas para uma ampla liberalização”.

(Jayme Brener, “Jornal do século XX”)

Sobre esse plano, inserido em uma ordem neoliberal, é correto afirmar que:

a) se pautou pela ampliação do meio circulante, por meio do aumento dos salários e das aposentadorias; liquidou empresas públicas e de economia mista que geravam prejuízo; estabeleceu uma política fiscal de proteção à indústria nacional.

b) criou um imposto compulsório sobre os investimentos especulativos para o financiamento da infraestrutura industrial; liberou a importação dos insumos industriais e restringiu a importação de bens de consumo não-duráveis.

c) estabeleceu-se uma nova política cambial, com um controle mais rígido realizado pelo Banco Central; demissão em massa de funcionários públicos concursados; aumentou a renda tributária por meio da criação do Imposto sobre Valor Agregado.

d) objetivou a privatização de empresas estatais; diminuiu as restrições à presença do capital estrangeiro no Brasil; gerou a ampliação das importações e eliminaram-se subsídios, especialmente das tarifas públicas.

e) aumentou a liberdade sindical com uma ampla reforma na CLT e revogou a opressiva lei de greve; recriou empresas estatais ligadas à exploração e refino de petróleo; congelou os capitais especulativos dos bancos e dos investidores estrangeiros.



**Governo Dilma Rousseff
(2014-2016)**

Fonte: www.acervosenado.com.br

Campanha Eleitoral de 2014

Durante a campanha de 2014, o cenário político brasileiro estava conturbado por manifestações populares e pela busca do segundo mandato de Dilma Rousseff, o que significaria a continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder mesmo após vários escândalos de corrupção envolvendo o partido. O cenário da eleição de 2014 repetiu a perspectiva das duas eleições anteriores: a polarização entre um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e um candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nesse ano representado por Aécio Neves.

Durante um breve momento, a campanha mostrou que poderia tomar outro rumo, com a ascensão de uma terceira candidatura que se apresentava como alternativa ao eleitorado brasileiro que não queria a continuidade de um governo do PT, entretanto, não gostaria de um governo do PSDB. Marina Silva, representante do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ganha visibilidade nas pesquisas eleitorais, contudo, a situação não se mantém até o pleito.

Saiba mais...

O candidato Eduardo Campos líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apresentava-se como uma alternativa política capaz de manter os avanços sociais do governo petista e avançar em áreas tidas como problemáticas, como a gestão macroeconômica e o controle da corrupção. Entretanto, a situação muda com a sua trágica morte em um acidente aéreo e Marina Silva, sua vice, torna-se a candidata à presidência do PSB, com ascensão meteórica nas pesquisas, impulsionada pela superexposição na mídia logo após o desastre que vitimou Campos. Mas Marina não consegue manter-se na disputa a ponto de pleitear o segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Com o uso da internet, a disputa entre os candidatos foi intensificada e as notícias e os projetos dos candidatos alcançavam o eleitorado com muita velocidade, embora o HGPE no rádio e na televisão continuasse sendo um mecanismo importante de tentativa de criação de consenso sobre os projetos políticos em disputa.

Os candidatos construíram suas campanhas por meio da utilização de mecanismos de alcance das massas, como a internet e a televisão. Os adversários petistas concentravam-se em áreas que acreditavam existir falhas na gestão do PT, como a economia e mecanismos de

combate a corrupção. O Governo, buscando a reeleição, construiu a campanha com destaque nas transformações sociais e nos programas de geração de renda e de proteção social implantados durante o primeiro governo Lula.

As eleições de primeiro turno acontecem no dia 5 de outubro de 2014 e os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves vão ao segundo turno. A candidata petista com 43.267.668 (41,59%) e o candidato tucano com 34.897.211 (33,55%) de votos, de acordo com a apuração do Tribunal Superior Eleitoral.

Durante a campanha de segundo turno, os dois candidatos protagonizaram debates intensos televisionados e nacionalizados também em suas páginas e redes sociais na internet.



Fonte: www.globo.com

Além da apresentação de suas propostas de governo relacionadas à economia, saúde e educação, por exemplo, os candidatos exaltavam os seus respectivos partidos e padrinhos políticos, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Lula. Além disso, os debates rendiam memes instantâneos na internet, outra característica dessa campanha.

Você já percebeu que cada vez mais rápido e intensamente somos bombardeados de notícias e acontecimentos através da internet? No pleito de 2014 não foi diferente e a polarização política na internet era nítida através das redes sociais.



- Qual a temática da construção do meme?
- Qual a ironia constante na imagem?
- De acordo com a análise do meme, a imagem foi construída por qual grupo partidário?

Saiba mais...

Primeiro mandato de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff venceu o candidato José Serra e tomou posse em primeiro de janeiro de 2011. Sua candidatura foi lançada por Lula, que cumpriu dois mandatos de presidente, com altos índices de popularidade, como sua sucessora já em 2008, quando era Ministra da casa Civil.

Considerada pela imprensa como pouco carismática, nos meses de campanha, com a grande exposição no Horário Eleitoral, Dilma tornou-se conhecida do eleitorado tornando-se favorita na disputa. Quase foi eleita em primeiro turno, quando conquistou 46,91% dos votos válidos, contra 32,61% de José Serra (PSDB). Em terceiro lugar, Marina Silva (PV) com 19,36% dos votos.

Em seu discurso de posse, Dilma apresentou as diretrizes de seu governo apresentando como missão consolidar e avançar no “caminho de uma nação geradora de mais oportunidade” apostando em programas de proteção social e nas reformas política e tributária, com apoio ao parque industrial brasileiro e valorização da agricultura e pecuária, desde o grande exportador ao pequeno produtor familiar.

Durante o primeiro mandato, Dilma lançou os programas: Rede Cegonha (2011), Brasil sem Miséria (2011), Programa Minha Casa Minha Vida (segunda fase em 2011), Ação Brasil Carinhoso (2012), Programa Mais Médicos (2013), Plano Nacional de Educação (2014).

A crise se configura ainda em 2011, no âmbito econômico, como reflexo da crise econômica internacional, provocando a desaceleração do crescimento e, no âmbito político, os escândalos de corrupção envolvendo o seu partido político desgastaram o governo. Além disso, havia a dificuldade de negociação com o Congresso e com os partidos aliados.

Em 2013, as denúncias de corrupção na Petrobrás e a abertura da CPI para investigação de favorecimento do PT e PMDB no recebimento de repasses de dinheiro para a campanha de 2010, abalaram o governo e desencadearam manifestações populares, ao lado do aumento da tarifa de transporte e a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil. Os movimentos eram liderados pelo Movimento Passe Livre e ocorreram na maioria das cidades brasileira, reunindo diferentes classes sociais e a oposição ao governo.

Dilma Vana Rousseff

Dilma nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde passou a infância e adolescência. Filha de Pai búlgaro e mãe brasileira, Pedro Rousseff e Dilma Jane Silva Rousseff, professora. Durante a adolescência mostrou interesse sobre estudos e ideais socialistas que influenciaram a sua luta contra a Ditadura Empresarial no Brasil. Atuou na luta armada em movimentos revolucionários como a COLINA - Comando de Libertação Nacional, o VAR- Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária. Foi presa e torturada pelo regime. Em 1977 graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Filiada ao Partido Democrático Trabalhista, foi secretária da Fazenda de Porto Alegre, secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Filiou-se ao PT e atuou como mentora do plano de governo de Lula. Foi ministra de Minas e Energia do primeiro mandato de Lula e também ocupou o cargo de ministra da Casa Civil. Eleita primeira mulher presidente do país em 2010, sendo reeleita em 2014.



A capa da revista *Veja* sobre o depoimento do doleiro Alberto Yusef à Polícia Federal em Curitiba em virtude da investigação de corrupção na Petrobrás. A revista foi publicada no dia 24 de outubro de 2014 às vésperas da eleição.

Analise a construção da capa da revista *veja*.

Qual a intenção da publicação?

Fonte: Revista *Veja*, 24/10/2014

Leia mais...

“**Dilma Rousseff no impeachment**”, texto de Eurico Matos, discorre sobre a crise do governo Dilma da campanha, da reeleição ao *impeachment*, discutindo a crise a partir das estratégias políticas nas redes sociais. Disponível em: <http://www.compolitica.org/>

Governo Dilma Rousseff (2015-2016)



Fonte: <https://oimparcial.com.br>

Entre as medidas implementadas estão: redução de taxas, diminuição de impostos, aumento de crédito, redução de taxas no setor de energia e a criação do Plano Brasil Maior, que objetivava promover setores econômicos e investimentos em inovações tecnológicas, pesquisas e desenvolvimento.

As medidas apontavam para um rompimento com empresas financeiras já que os grandes bancos nacionais e internacionais deveriam baixar a taxa de juros para que o país voltasse a ter recursos para investimentos em novas medidas sociais e forçar investimentos produtivos, além de investimentos em infraestrutura através de auxílios fiscais e de crédito, para assegurar competitividade internacional.

Essas medidas demonstram o rompimento com o chamado **Pacto Social** adotado por Lula no governo anterior, que buscou associações com grandes bancos para favorecer a economia nacional.

Durante o primeiro ano de governo no primeiro mandato, Dilma Rousseff ampliou os projetos de distribuição de renda, implementados durante o governo Lula. No âmbito econômico, apresentou como projeto a **Nova Matriz Econômica**.

Nova Matriz Econômica (NME) é um conjunto de medidas para recuperação da economia baseado na eliminação ou diminuição de taxas e juros. O governo pretendia ganhar graus de liberdade fiscal para executar novas medidas sociais.

O Pacto Social foi instituído durante o governo do Partido dos trabalhadores e constituiu-se como um acordo entre os setores empresariais, burocracia sindical e amplas camadas da classe média e dos trabalhadores. O pacto possui três fases distintas: a primeira é o compromisso estabelecido com o setor financeiro rentista, através do incentivo dado aos bancos públicos e privados e a garantia de juros elevados para financiamento e concessão de crédito. A segunda etapa diz respeito a cooptação das principais lideranças do conjunto dos trabalhadores através da nomeação de lideranças de centrais sindicais para cargos de comando do governo. E a terceira fase se configura com a implementação e ampliação dos programas sociais.

Durante o segundo mandato, Dilma Rousseff precisava conter a crise política e apontar índices econômicos mais eficientes. Entretanto, a adoção de medidas impopulares, como o aumento de impostos, mudanças na aposentadoria e o contexto de crise institucional motivaram, junto aos desdobramentos da [Operação Lava Jato](#) e das primeiras manifestações em março de 2015, organizadas pelos movimentos [Brasil Livre](#), [Revoltados Online](#) e [Movimento Endireita Brasil](#).

Operação Lava Jato: Deflagrada em 17 de março de 2014 pelo juiz Sergio Moro para a investigação de crimes de corrupção, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e organização criminosa na Petrobras. Através das investigações, apontou-se o envolvimento de diversos políticos de diferentes partidos e a investigação continua com desdobramentos na política nacional.

O Movimento Brasil Livre: Foi fundado em 2014 com o objetivo de defender o liberalismo econômico e o republicanismo. Em página oficial, defende três princípios: a imprensa livre e independente, liberdade econômica e a separação dos poderes. Em vídeos de convocação para as manifestações contra o governo Dilma, em março de 2015, o movimento usa frases como “o câncer da esquerda”, “desgoverno vermelho”, “o câncer está em diferentes espaços e precisa ser combatido, escolas, repartições, redações de jornais, sindicatos...” que demonstram o radicalismo do movimento em defesa da deposição não só da presidente, mas da ideologia política defendida pela esquerda brasileira.

Revoltados Online: Criado em 2014 com o objetivo de rastrear pedófilos, passou a veicular notícias e opiniões contrárias ao governo. Com mais de 700 mil seguidores, a página passou a mobilizar seus membros a comparecer às manifestações.

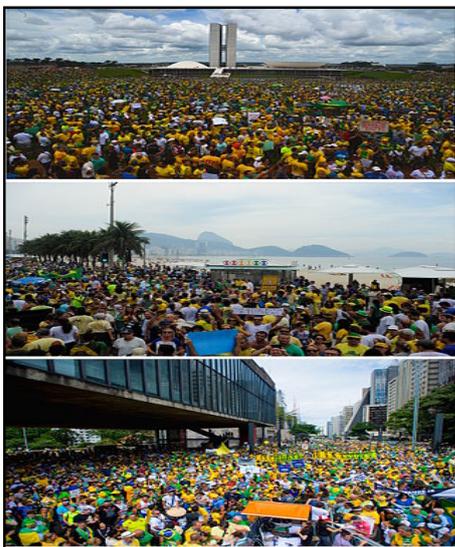
O Movimento Endireita Brasil: Fundado em 2006, durante a reeleição do ex-presidente Lula para a defesa da intolerância ao crime, a renovação da política e o fim da farra das estatais. Apresenta-se como um defensor da renovação política, já que o Partido dos Trabalhadores estava no poder há mais de 12 anos.

Agora é sua vez....

- Qual a importância da internet nos processos políticos democráticos do país?
 - Você participou ou teve acesso a alguma publicação dos movimentos citados?
 - Qual a sua perspectiva sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff?
-

Manifestações pró-*Impeachment*

O segundo mandato de Rousseff começa envolto em críticas e tendo ainda que lidar com as manifestações contrárias ao governo. Dilma Rousseff, em seu discurso de posse, citou o desejo de politizar e mobilizar o apoio popular para a questão distributiva, ampliação de políticas sociais, redução de juros e taxas relacionadas a operações financeiras. Entretanto, a oposição ao governo, incluindo grandes empresários e bancários, não se sentiam representados pelo projeto político defendido por Dilma Rousseff. Na mobilização da população para adesão e participação nos movimentos de oposição ao projeto político da presidente, a imprensa nacional teve papel importante. A internet também foi uma ferramenta eficiente. Através das redes sociais, foram criados três movimentos, destacados abaixo, responsáveis por organizar os movimentos de rua contra a presidente Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, configurando o *cibe ativismo*.



Fonte: www.acervosenado.com.br

As imagens mostram as manifestações em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

- Qual a semelhança entre as imagens?
- Em um contexto de luta de classes sociais, qual a problemática das fotografias?

A popularização das redes sociais permitiu a atualização na forma de fazer política no contexto da comunicação digital durante o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff. Era através de grupos nessas redes sociais que os manifestantes se organizavam e discutiam estratégias para as manifestações,

além de publicações de imagens com teor irônico e humorístico contra a presidente.

Os movimentos possuíam o discurso contra a corrupção e a favor de uma nova forma de participação popular. Entretanto, os três movimentos são de



Fonte: O Globo.com, 17/03/2015, p. 2

representantes de uma fração da classe dominante contrária a um projeto popular. Os protestos contra a presidente aconteceram durante os meses seguintes e de diferentes maneiras. No dia 15 de março, os manifestantes ganham as ruas das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

As manifestações de março defendiam ética na política, fim da corrupção e maior participação popular nos processos políticos democráticos. Os manifestantes iam aos protestos com faixas com palavras de ordem contra o governo e vestindo as cores nacionais.

Essa primeira manifestação, embora já com muitos militantes contrários ao governo, não mostrava a dimensão que tomaria o movimento que passou a defender diretamente o *impeachment*, unificou a oposição ao governo e frações de classes contrárias a ele e defensora de posicionamentos conservadores a favor da moral, dos bons costumes e da família, que desembocam no extremismo de direita no país.

Além das manifestações nas ruas, os “panelaços” contra Dilma ganham destaque na imprensa nacional e vídeos da população na sacada de prédios em áreas nobres das principais cidades brasileiras foram destaque nos telejornais e nos impressos.

Os primeiros panelaços aconteceram em Recife (PE), Vitória (ES), Salvador (BA), Maceió (AL), Natal (RN), Porto Alegre (RS), João Pessoa (PB) e Goiânia (GO), sendo registradas após programa do PT em que o ex-presidente Lula explicou não ter envolvimento com empreiteiras e ser dono de um apartamento triplex em

A light green thought bubble with a scalloped edge. Inside, the text reads: "O que você entende por cidadania? Cidadania são direitos e deveres de um cidadão. Este por sua vez, é o termo dado a uma pessoa, em uma sociedade, que tem direitos e deveres que lhes permite participar da vida política." The text is in a dark green font.

O que você entende por cidadania? Cidadania são direitos e deveres de um cidadão. Este por sua vez, é o termo dado a uma pessoa, em uma sociedade, que tem direitos e deveres que lhes permite participar da vida política.

Guarujá, que, segundo a Polícia Federal, havia sido dado como pagamento de propina.

Os movimentos repetiram-se ao longo de 2015. Em cada etapa de investigação da operação Lava Jato, assumem maiores dimensões e ocorrem em mais cidades, comprovando a polarização existente na sociedade brasileira nesse período.

O momento era de insatisfação de setores sociais com maior renda, que não reconheciam mais Dilma Rousseff como representante e exigiam um governante legítimo da classe. Vale ainda ressaltar que houve o uso seletivo de combate à corrupção com finalidades distantes de findar práticas ilegais na política. O que ocorre nesse período, assim, é a tentativa de desconstrução da imagem do PT e a popularidade de seus representantes a fim de consolidar um novo projeto político.



A charge do artista Duarte, foi publicada nas páginas do jornal *O Globo* para ilustrar a crise política enfrentada por Dilma Rousseff.

- O que o artista quis retratar?

Fonte: www.acervosenado.com.br

Outro movimento de destaque a favor do *impeachment* que ganha as ruas das principais cidades brasileiras exigindo o afastamento da presidente eleita democraticamente, foi o movimento “tchau querida”.

As manifestações eram organizadas em redes sociais e, assim como os movimentos de rua que ocorreram em julho de 2013 contra o governo Dilma, os manifestantes vestiam as cores nacionais e levavam cartazes com a frase que dá nome à manifestação e que representa a forma irônica de referir-se ao afastamento da Presidenta da República.



Fonte: www.acervosenado.com.br

Ao longo do processo e votação do *impeachment*, políticos da oposição aderem ao movimento e cartazes de “tchau, querida” também são utilizados por eles. Nas redes sociais, várias imagens e memes criticavam a atuação de Dilma em conter a crise e o movimento também toma as redes sociais.

O movimento de cunho sexista foi recorrente no contexto de crítica a presidente Dilma, destacando as características pessoais e insinuando o seu descontrole emocional como responsável pela crise governamental. As capas de revistas do período reforçavam esse estigma.

Leia mais...

A autora Fernanda Argolo Dantas, no texto: “**Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**” discute a crise política do governo Dilma Rousseff. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>

O processo de *Impeachment*

O cenário de instabilidade política e econômica é agravado com a análise das contas públicas do governo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que mostra a irregularidade no repasse de dinheiro do governo para os bancos públicos. As chamadas “pedaladas fiscais” foram o principal motivo apresentado pela oposição ao governo para embasar o golpe que sofreu a presidente eleita democraticamente. O pedido de *impeachment* foi encaminhado à Câmara dos Deputados em outubro de 2015.

O pedido foi apresentado pela oposição e redigido pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale e Janaina Paschoal e aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Investigado pela Lava Jato e sofrendo processo no Conselho de Ética da Câmara por improbidade administrativa, Eduardo Cunha rompe com o governo Dilma e aceita o pedido de *impeachment*.

Pedaladas fiscais: consiste no atraso de verbas a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do país durante determinado período apresentando melhores rendimentos

Cedo ou tarde demais

Embora mereça as mais duras críticas, Dilma foi eleita de forma legítima; não existem, por ora, razões para impeachment

A presidente Dilma Rousseff faz jus às críticas que passaram a desabar, nesta conjuntura que tem sido chamada de “tempestade perfeita”, sobre ela.

Num misto de obstinação ideológica e mera incapacidade, seu governo foi perdulário, solapou a confiança econômica, afugentou investimentos e propiciou uma onda inflacionária. Havia oportunismo no delírio, pois o intento era prolongar, artificialmente, uma bonança internacional (e seus reflexos na popularidade interna) que se esauria junto com a década passada.

Os resultados foram os que se colhem quando um governo pretende dirigir, em vez de bem regular, o mercado. As distorções desencadeadas pelo intervencionismo, sobretudo se atabalhoado, cobram preço tanto mais alto quanto mais tardia sua correção. No caso, a cobrança chega como combinação apocalíptica de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego.

Para agravar o engodo, a presidente prometera um futuro radioso não faz cinco meses. Depois de lhe garantir a vitória por mínima margem, a desfaçatez da maioria se apresenta aos olhos da maioria como revoltante estelionato eleitoral.

Ao mesmo tempo, o maior dos escândalos, ao indicar que na empresa-símbolo do Estado as gestões petistas organizaram uma roubalheira em escala jamais concebida, catalisou justa ira. Não há indícios de que a presidente tenha sido conivente com os crimes ali praticados, embora pareça clamorosa a inépcia, pois a Petrobras esteve em sua alçada quando ministra nos oito anos de governo Lula.

Ressaltado que é legítimo, numa democracia, manifestar-se pacificamente pelo afastamento do governante, esta **Folha** não identifica, no âmbito do que se conhece até o momento, razões suficientes para isso.

Não está evidenciado que Dilma Rousseff cometeu delitos ou abusos de seus poderes. Tem agido, até prova em contrário, de boa-fé. Mesmo sendo o impeachment um remédio constitucional, sua utilização é traumática. Por ampla que possa ser a gama de suas admissibilidades, a incompetência ou a estupidez não figuram entre elas. Somente um rigoroso convencimento quanto à necessidade de sua implementação deveria deflagrá-la.

As decisões que a presidente tomou na transição entre seus dois mandatos, embora frustrem quem nela tenha votado, são imperativas — e implicam autocrítica expressa em gestos, não palavras. Qualquer sucessor que a substituisse agora, não sendo irresponsável, teria de adotar duro ajuste econômico semelhante ao que está em curso. Melhor que prevaleça a legitimidade do voto popular.

A matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* ressalta o respeito à democracia, embora esboce críticas ao governo Dilma Rousseff.

- Qual a perspectiva do jornal frente a crise política no Brasil durante o período?

Os desdobramentos da aceitação do pedido de *impeachment* mostram o posicionamento dos sujeitos envolvidos no processo de afastamento da presidente democraticamente eleita. De um lado, os segmentos sociais favoráveis, dando legitimidade ao processo por meio das manifestações nas ruas; de outro, militantes organizados para defender a legitimidade do mandato da presidente. A situação ressalta a polaridade existente desde a campanha eleitoral.

A oposição ao governo Dilma Rousseff buscava no *impeachment* o fim dos governos do PT e argumentava que o afastamento era um recurso da democracia, enquanto os partidários buscavam provar que o processo detinha um viés golpista, motivado apenas por elementos políticos e não regimentais, desqualificando o argumento das “pedaladas fiscais” como suficiente para o *impeachment*.

O resultado do embate no Congresso, no Senado, na imprensa e na sociedade civil, chegou à conclusão de que era necessário o afastamento da presidente. As pedaladas fiscais foram suficientes para configurar a improbidade administrativa e a necessidade de fim do mandato de Dilma Rousseff.



Fonte: www.imirante/oestado; www.oimparcial.com

As manifestações se intensificam quando a Operação Lava Jato intima Lula a depor. Nesse momento, Dilma já estava no centro dos escândalos políticos.

Como tentativa de conter a crise através da articulação política, Dilma Rousseff nomeia Lula para Ministro-Chefe da Casa Civil. Entretanto, a nomeação endossa as críticas ao governo e aumenta as discussões em torno do

afastamento da presidente. Para a oposição do governo e parte da imprensa nacional, a nomeação do ex-presidente Lula foi feita a fim de garantir o foro privilegiado e barrar as investigações contra ele pela Lava Jato.

Nessa conjuntura, o processo de *impeachment* recebe parecer favorável na Câmara dos Deputados em votação televisionada e com fala de cada deputado justificando o voto pelos motivos mais diversos e distantes do argumento jurídico. O parecer foi aprovado no dia 17 de março de 2016, com 367 votos a favor do *impeachment* e 137 votos contrários, representando o golpe que finda o mandato de Dilma Rousseff e demonstrando a instabilidade política nacional. A situação mostra que a oposição do governo quis a sua substituição e as mudanças da política econômica, entretanto, o golpe não teria acontecido sem a fundamental atuação da classe política parlamentar, conferindo uma aparência de legalidade ao processo, a mobilização da imprensa para convencimento da opinião pública, bem como, o ativismo político na internet através das redes sociais.

Agora é sua vez...

- Qual a consequência do *impeachment* de Dilma Rousseff para a política nacional?
- O *impeachment* construiu-se legalmente ou se configurou como golpe na sua opinião?

O documentário “**Democracia em Vertigem**” de Petra Costa, lançado em 2018 e indicado ao Oscar, mostra os reflexos da polarização política no país e a ascensão da extrema direita na política nacional.

QUESTÕES

1 (ESPM/2014) “A presidente Dilma Rousseff criticou, em Bruxelas, a iniciativa da União Europeia de contestar na Organização Mundial do Comércio (OMC) certos programas que na opinião da presidente são essenciais para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira. A declaração de Dilma foi externada na presença dos presidentes da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso e do Conselho Europeu, Herman Von Rompuy, em plena cúpula Brasil-União Europeia”.

([Http://economia.estadao.com.br/noticias/economia:3/3/2014](http://economia.estadao.com.br/noticias/economia:3/3/2014))

Os programas brasileiros que a União Europeia contesta na OMC, em nível de consulta prévia, são:

- a) as vantagens fiscais concedidas à zona franca de Manaus e o Inovar-Auto que aumenta impostos para carros importados de países de fora do MERCOSUL.
- b) as vantagens concedidas à zona franca de Manaus e os investimentos brasileiros no Porto de Mariel em Cuba.
- c) os investimentos brasileiros no Porto de Mariel, em Cuba, e o Inovar-Auto que aumenta impostos para carros importados de países de fora do MERCOSUL.
- d) a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu e novos investimentos na usina nuclear de Angra dos Reis.
- e) os incentivos a países africanos para aquisição de aviões militares brasileiros e a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Sobre a União Europeia consulte:
<https://sites.google.com/site/blocoeconomico/uniao-europeia>.

Sobre desenvolvimento sustentável do Brasil
<https://www.unicamp.br/fea/ortega/Brasil/Brasi>

2 (UNIFOR CE/2011) Considere os dois textos a seguir:

“Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada e em última instância ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Rocha, Sônia. Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata? (Adaptado)

“A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo

desenvolvido”. Dilma Rousseff, em 01/01/2011, no discurso de posse no plenário da Câmara dos Deputados.

Com base nos textos acima e no conhecimento sobre pobreza, pode-se afirmar que:

- a) O discurso da Presidente Dilma representa uma descontinuidade com a política de combate à pobreza de seu antecessor.
- b) A persistência de um elevado índice de pobreza demonstra que a política de pobreza aplicada nos dois mandatos do Presidente Lula não teve efeitos significativos.
- c) A criação de oportunidades é uma das formas de atuar proporcionando aos indivíduos condições de operar adequadamente na sociedade.
- d) A definição de pobreza apresentada no livro de Sônia Rocha deixa claro que se trata apenas de uma condição de insuficiência de renda.
- e) Apesar da redução da pobreza, as desigualdades de renda aumentaram nos últimos anos.

3 (UNIFOR CE/2013) “Dilma faz nove vetos ao texto do Código Florestal, anuncia ministra. A Presidente Dilma decidiu vetar nove itens da medida provisória aprovada pelo Congresso que altera o texto do novo Código Florestal. Os vetos presidenciais foram fundamentados em três princípios: ‘Não anistiar, não estimular desmatamentos ilegais e assegurar a inclusão social no campo dos pequenos proprietários’”.

(Fonte: www.g1.globo.com, acessado em 10.11.2012).

A propósito do Código Florestal sancionado pela Presidente, é CORRETO afirmar que

- a) o texto aprovado pelo Congresso desagradou ao governo porque somente beneficiava os pequenos e mini produtores rurais.
- b) a versão aprovada pela Comissão Mista do Congresso ampliava a faixa de mata ciliar (situada nas margens dos rios) a ser recuperada por todos os produtores rurais.
- c) o veto da Presidente tornou obrigatório que a recomposição das áreas de proteção permanente seja realizada exclusivamente com árvores frutíferas exóticas, tais como maçã e laranja.
- d) o governo, após os vetos presidenciais, pretende devolver à lei a chamada regra da “escadinha”, que estabelece maiores obrigações de recuperação de áreas para os grandes proprietários.
- e) a Presidente Dilma, ao alterar o texto aprovado pela Comissão Mista do Congresso, atendeu as reivindicações da frente parlamentar da agropecuária, fortalecendo o apoio desse segmento econômico ao governo

Sobre o Código Florestal consulte: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois processos de *impeachment* na Nova República brasileira demonstram a fragilidade da democracia. Em 1992, Fernando Collor é afastado do cargo por envolvimento em esquemas de corrupção e pela oposição do governo que não o via mais como um representante eficiente na gestão do projeto político neoliberal.

Já em 2016, Dilma Rousseff sofre um golpe parlamentar, acusada de cometer pedaladas fiscais e por associação de sua liderança aos escândalos de corrupção envolvendo seu partido político. A burguesia nacional buscava um representante para estabelecer um novo projeto político distante do social democrático implementado desde o primeiro mandato de Lula.

O material “Democracia brasileira em crise” tentou apresentar os dois períodos de modo simples e trazer discussões pertinentes relacionadas às questões políticas durante os dois governos. Espera-se que a leitura tenha sido prazerosa e que as discussões fomentem uma consciência crítica e uma nova visão da crise política nacional e do papel dos meios de comunicação e da internet como ferramentas de informação e de construção de opiniões.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

BRASIL. Presidente, 1990-1995 (F. Collor). **Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional**. Brasília, 1991.

COLLOR, Fernando. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 15 de março de 1990. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso>. Acesso 18 de maio de 2018.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 1 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso>. Acesso 18 de maio de 2018.

_____. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 1 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso>. Acesso 20 de maio de 2018.

Jornais

FOLHA DE SÃO PAULO, 16/03/1990.

FOLHA DE SÃO PAULO, 05/09/1990.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15/09/1991.

FOLHA DE SÃO PAULO, 11/05/1992.

FOLHA DE SÃO PAULO, 12/08/1992.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15/08/1992.

Disponível em: www.acervofolhadesaopaulo.com

O GLOBO, 16/12/1989.

O GLOBO, 26/12/1989.

O GLOBO, 16/03/1990.

O GLOBO, 04/09/1991

O GLOBO, 17/08/1992.

O GLOBO, 19/02/2010.

Disponível em: oglobo.globo.com/busca/acervo

JORNAL DO BRASIL, 19/03/1990.

JORNAL DO BRASIL, 12/08/1991.

JORNAL DO BRASIL, 24/05/1992.

JORNAL DO BRASIL, 19/08/1992.

JORNAL DO BRASIL, 19/06/2013.

Disponível em: news.google.com/newspapers?nid

O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/03/1990.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 17/08/1992.
O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/10/1991.
O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/07/2014.
Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>

O IMPARCIAL, 10/04/1992.
O IMPARCIAL, 29/08/1992.
Disponível em: acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite

O ESTADO DO MARANHÃO, 23/04/1991.
O ESTADO DO MARANHÃO, 02/04/1992.
O ESTADO DO MARANHÃO, 17/08/1992.
O ESTADO DO MARANHÃO, 17/04/2016.
Disponível em: acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite

PORTAL DE NOTÍCIAS R7.COM, 19/10/2014.
Disponível em: www.r7.com

PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 18/06/2013.
PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 24/10/2014.
Disponível em: g1.globo.com

ACERVO SENADO, 12/04/2015.
ACERVO CENADO, 15/03/2015.
Disponível em: www.acervisenado/imagensmanifestacao/impeachment.com.br

ACERVO MEMÓRIA GLOBO, 16/03/1990.
Disponível em: www.memoriaglobo.com

Revistas

VEJA, 22/04/1988.
VEJA, 9/05/1992.
VEJA, 29/10/2014.
Disponível em: veja.abril.com.br

Programas Eleitorais

FRENANDO COLLOR, 30/03/1989, 4/11/1980, 10/11/1989,
11/11/1989, 22/11/1989.
Disponível em: www.memoriaglobo.com

DILMA ROUSSEFF, 19/04/2014, 20/04/2014, 19/08/2014,
30/07/2014.
Disponível em: www.youtube.com/user/dilmamudamais

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ALLI, Lira. É golpe e estamos em luta!. In. JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (Org). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de economia contemporânea**. 2017, número especial. p. 1-63.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo, vol. 6. 1995.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Estado, poder e governo: para uma teoria geral da política**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BOITO JR. Armando. Os autores e o enredo da crise política. In. JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (Org). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise..** São Paulo: Boitempo, 2016.
- BORGES, Lucymara Valentin; Fuchter, Marcia; Kohls, Vanessa. Estado e democracia: uma abordagem conceitual e o modelo brasileiro. **VI seminário de desenvolvimento regional Rio Grande do Sul**, 2013. Disponível em: www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/224.pdf. Acesso em: 15 de mai.2018.
- CASIN, Marcia Perreira da Silva. As políticas sociais nos governos do PT e as consolidações da hegemonia burguesa no Brasil. **IV simpósio mineiro de Assistentes sociais**. Minas gerais, Universidade Federal de Minas Gerais 2017. p. 47-62.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In. JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (Org). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DIAS, Luís Antônio. Política e participação juvenil: Os Caras Pintadas e o movimento político do impeachment. **Revista História Agora**, Rio de Janeiro, v3, nº 2, p. 103-129. Jun. 1990.
- DREIFFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- FERREIRA, Juca. Cultura e Resistencia. In. JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (Org). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estruturas, dinâmica e ajustes do modelo econômico**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FRANCESCHINI, L. Marajás e Caras pintadas: a memória do governo Collor nas páginas de o Globo. **Revista Novos estudos**, São Paulo, v. 2, nº 2, p. 23-45, nov. de 1992.

GEDDRS, Barbara. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 4**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (org.) **História: Novos Problemas, Novos Objetos e Novas Abordagens**. São Paulo: Francisco Alves, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: ateliê editorial, 2001.

KRENISKI, Gislania Carla P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São PAULO, Junho de 2011.

LATTMAN- WELTMAN, Fernando. RAMOS, Plínio de Abreu. CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor**. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1994.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (Org). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUCCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. São Paulo: Editora contexto, , 2008.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista VIG**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 34-49, dez. de 2011.

MARTINS, Luciano. A Autonomia Política do Governo Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 27-33, jan. 1991. ISSN 0034-7140.

MATOS, Eurico. Dilma Rousseff no impeachment: uma análise das estratégias de comemoração política nas redes sociais digitais. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – **Compolítica**: Porto alegre, 2017. Disponível em: www.compolitica.org. Acessado em 19 de julho de 2018.

MELO, Carlos. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Ed. Novo conceito, 2007.

MENDONÇA, Sonia. FONTES, Virgínia. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2002.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. Tese de Doutorado defendida na New School for Social Research, Universidade de Columbia, 1997.

MONDAINI, Marco. A síntese da democracia progressista: liberalismo, democracia e socialismo no pensamento político de Norberto Bobbio. In: Giuseppe Tosi (Org.) **Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos, guerra e paz** /João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MOTA, Ana Elisabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elisabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e redução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NOBRE, Marcos. Pensando o impeachment. **Revista Novos estudos**, novembro de 1992, Rio de Janeiro, v. 3, n.º 34, nov. de 1992.

OLIVEIRA, Luís Ademar. Et al. Disputa eleitoral de 2014: da tela da televisão para as redes sociais. **Comunicação e Mercado**, Grande Dourados. 2016. Vol 04, n. 11, p. 29-42.

PAIVA, Paulo. Colloreeconomics. In: FARO, Clovis de (org.) **Plano Collor: avaliações e perspectiva**. Rio de Janeiro: livros técnicos, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As incertezas do Plano Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 83-96, jan. 1991.

PICCOLO, Monica. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **A trajetória de Fernando Collor rumo a presidência: estratégias eleitorais televisivas**. Revista Literis-19837429, n.º 10, 2013.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, LEANDRO (ORG) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: contexto, 2003.

PINTO, Jessé. **A análise do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

PLINIO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e declínio do governo Dilma Rousseff à luz das capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016). **Revista brasileira de planejamento orçamento**. Vol. 6, n.º 1, 2016. P. 94-121.

QUINTÃO, Thales Torres. Os medias e a construção dos caras pintadas. **Revista Todavia**, Porto Alegre ano 1, n.º 1, jul 2010, p. 103-117

_____. A relação entre o (neo)patrimonialismo e a sociedade civil no caso Collor. In. **Revista Todavia**, Porto Alegre, ano 1, n.º 2, agos. 2010, p. 100-120

RAMOS, Ary. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos salinas (1988-1992)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós Graduação e Sociologia, Araraquara, 2006.

SALLUN, Brasílio Jr.; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **O impeachment do presidente Collor: a literatura e o Processo**. São Paulo: Lua nova, 2011

SILVA, Maurício Ferreira; BENEVIDES, Silvio César. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff. Trabalho preparado para apresentação no **9º Congresso Latino americano de Ciência Política**, Montevidéo, 26 ao 28 de julho de 2017. p. 123-145

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: companhia das letras, 2012.

_____. A. Cutucando onças com Vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos cebrap**, São Paulo, n.102. jul. 2015. p. 55-88

SKIDMORE, A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In.: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Revista historie**, Rio Grande, n.102. p. 23-45 2010.

SOUZA. A. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In.: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no**

Brasil: o impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOUZA, Diego Lima. A era Collor e a Mídia: as (in)conveniências da memória. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Paraíba, Centro de Humanidades, Curso de Licenciatura Plena em História, Guarabira, 2014.

TEIXEIRA, F. José. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. Jose (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1998.

WELTMAN, Fernando. **A Imprensa faz e desfaz um presidente.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.



Joyce Lopes

Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão PPGHIST.

Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea-NUPEHIC.